

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA nº 008/2026 Processo Administrativo nº 010/2026

Torna-se público que a Associação Pública da Microrregião do Médio Rio Grande /AMEG, sediado na Rua Benedita da Silveira Maia, nº 144, Jardim Pinheiros – Passos/MG, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de **juízoamento menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso III, alínea 'a' da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

DATA DA SESSÃO: 25/05/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 09h

LINK: [HTTPS://AMMLICITA.ORG.BR.](https://ammlcita.org.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: (X)SIM () NÃO

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para **registro de preço** para a aquisição de materiais de expediente com a finalidade de atender às necessidades da **AMEG**, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência, anexo a este aviso de contratação direta.

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1940	01	<p>BATERIA TIPO MOEDA CR2032 – CARTELA COM 05 UNIDADES</p> <p>Bateria de lítio tipo moeda, não recarregável, modelo CR2032 ou equivalente técnico superior, destinada à alimentação de dispositivos eletrônicos de baixo consumo.</p> <p>Especificações mínimas</p>	CARTELA	10	29,93	R\$299,30

		<p>exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: bateria de lítio tipo moeda; • Modelo: CR2032; • Tensão nominal: 3V; • Capacidade mínima: 220 mAh; • Diâmetro aproximado: 20 mm; • Espessura aproximada: 3,2 mm; • Sistema eletroquímico: lítio/dióxido de manganês (Li/MnO₂); • Baixa taxa de autodescarga; • Vida útil mínima em armazenamento: 5 anos, a partir da data de fabricação; • Produto novo, original, lacrado de fábrica; • Livre de vazamentos, oxidação ou qualquer avaria; • Compatível com equipamentos que utilizem bateria padrão CR2032. 				
1941	02	<p>CAIXA DE COLCHETE LATONADO Nº 12 – Caixa contendo 72 colchetes latonados destinados à fixação e organização de documentos, processos administrativos e materiais de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: colchete para papel; • Material: aço galvanizado ou aço com acabamento latonado; • Tipo de acabamento: latonado, resistente à oxidação; • Numeração: nº 12; • Hastes flexíveis e resistentes para fixação segura; • Cabeça circular plana; • Superfície lisa, sem 	CAIXA	30	21,97	659,10

		<p>rebarbas ou imperfeições;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: dourado/latonado; • Aplicação: fixação e arquivamento de documentos em papel. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em caixa com no mínimo 72 unidades; • Embalagem original do fabricante, lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Isento de ferrugem, deformações ou danos; • Deve proporcionar boa fixação sem rasgar excessivamente o papel. 				
1942	03	<p>CLIPS METÁLICO Nº 8/0 – CAIXA COM 500 GRS</p> <p>Clips metálico destinado à organização, fixação temporária e agrupamento de documentos e papéis em atividades administrativas e de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: clips para papel; • Tipo: galvanizado ou niquelado; • Numeração: 8/0; • Material: arame de aço; • Acabamento: galvanizado ou niquelado, resistente à oxidação; • Formato: padrão duplo oval; • Superfície lisa, uniforme e sem 	CAIXA	05	26,16	130,80

		<p>rebarbas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boa resistência mecânica; • Flexibilidade adequada, sem deformação excessiva durante o uso; • Cor: metálica. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em caixa contendo 500GRS; • Embalagem original lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e especificações do produto. 				
1943	04	<p>ELÁSTICO TIPO GOMINHA DE DINHEIRO – PACOTE COTENDO 1KG</p> <p>Elástico de borracha destinado à organização, agrupamento e acondicionamento de documentos, processos, cédulas, materiais de expediente e demais itens administrativos.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: elástico de borracha tipo gominha de dinheiro; • Material: borracha natural, sintética ou composição equivalente de alta elasticidade; • Formato: circular; • Cor: natural (amarelo/bege) ou padrão comercial; • Alta flexibilidade e resistência; • Boa capacidade de tensão e retorno elástico; • Resistência ao ressecamento e 	PACOTE	02	37,96	75,92

		<p>rompimento precoce;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espessura uniforme; • Isento de rachaduras, deformações ou imperfeições. <p>Dimensões mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diâmetro aproximado: entre 4 cm e 6 cm; • Largura mínima: 1 mm. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote contendo 1 kg, conforme necessidade do órgão; • Embalagem original lacrada; • Identificação do fabricante, peso líquido e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Não apresentar odor excessivo, ressecamento ou perda de elasticidade; • Adequado para uso contínuo em atividades administrativas. 				
1944	05	<p>GRAMPO PLÁSTICO ESTENDIDO PARA ARQUIVO – PACOTE COM 50 UNIDADES</p> <p>Grampo plástico estendido destinado à fixação, organização e arquivamento de documentos em processos administrativos, pastas e arquivos, permitindo o manuseio seguro e a conservação da integridade dos papéis.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: grampo 	PACOTE	10	35,49	354,90

		<p>plástico estendido para arquivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: plástico resistente (polipropileno ou equivalente); • Tipo: haste flexível com trilho/base para fixação; • Comprimento mínimo da haste: 30 cm; • Cor: branca, transparente ou padrão comercial; • Alta resistência mecânica; • Flexibilidade adequada para abertura e fechamento; • Fácil montagem e manuseio; • Não possuir rebarbas, rachaduras ou deformações; • Capacidade para arquivamento de múltiplas folhas, compatível com uso administrativo. <p>Aplicação:</p> <p>Destinado ao arquivamento e organização de documentos em pastas suspensas, processos administrativos e pastas de arquivo.</p> <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote com quantidade definida 50 unidades; • Embalagem original lacrada; • Identificação do fabricante, lote e especificações. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Isento de defeitos de fabricação; • Deve garantir fixação segura sem danificar 				
--	--	--	--	--	--	--

		os documentos.				
1945	06	<p>LIVRO DE ATA - Livro de ata destinado ao registro formal de reuniões, deliberações, ocorrências administrativas e demais anotações oficiais, confeccionado com materiais resistentes e adequado ao arquivamento documental.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: livro de ata; • Capa: dura, revestida; • Cor da capa: preta; • Quantidade de folhas: 200 folhas; • Papel interno: offset branco; • Gramatura mínima: 56 g/m²; • Folhas pautadas; • Folhas numeradas sequencialmente; • Formato aproximado: 205 mm x 300 mm (ou equivalente); • Encadernação costurada, colada ou outro sistema que assegure resistência e durabilidade; • Lombada reforçada; • Impressão nítida e uniforme; • Folhas sem rasuras, manchas, falhas de impressão ou defeitos de fabricação. <p>Condições adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Acondicionado adequadamente para evitar danos durante transporte; • Identificação do fabricante e especificações do produto na embalagem. 	UNIDADE	02	42,70	85,40
VALOR TOTAL R\$						R\$1.605,42

1.1.2. Os quantitativos são estimados e servem de referência, não tendo a Administração a obrigatoriedade de contratar a totalidade.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada, no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br.

2.1.1 O procedimento será divulgado no sítio oficial da AMEG e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014- TCU- Plenário) ; e

2.4 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.5 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.7. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;

2.8. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio da plataforma [HTTPS://AMMLICITA.ORG.BR](https://ammlcita.org.br), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1 A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3 que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10 O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.

3.12.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4. DA FASE DE LANCES

4.1 A partir da data e horário estabelecidos **neste Aviso de Contratação Direta**, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do LOTE.

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **de R\$0,01 (um centavos)**.

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O PRAZO MÁXIMO ESTABELECIDO SERÁ DE 1 (UMA) HORA PARA A FASE DE LANCES.

4.7.2 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.8. Caso o fornecedor possua qualquer tipo de dúvida quanto à operacionalidade do sistema eletrônico, este deverá buscar auxílio por meio de um de seus canais de comunicação ou manual do fornecedor

5. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pelo AMEG.

5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta.

5.2 Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3 Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, **será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado**, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4 Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, nos itens e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a “Associação Pública da Microrregião do Médio Rio Grande-AMEG” participação no processo

de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1 SICAF;

5.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria -Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6 Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.6.1 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.6.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7 Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1 contiver vícios insanáveis;

5.8.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3 apresentar preços inexequíveis;

5.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos

encargos, ainda que o ato convocatório da “AMEG ” dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e **serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.**

6.2 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos

6.2.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

6.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

6.6 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO A SER APRESENTADA: (ART. 62 DA LEI 14.133/2021).

6.10.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.10.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de todas as alterações contratuais, se houver, ou a alteração contratual consolidada, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

6.10.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações,

6.10.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

6.10.5 O objeto constante do Contrato Social (e de todas as Alterações Contratuais, caso houver), deverá ser compatível com a natureza do objeto da presente licitação, sob pena de inabilitação.

6.11. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

6.11.2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), (Lei nº 8.036/90, Art. 27), expedido pela Caixa Econômica Federal;

6.11.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

6.11.4. Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

6.11.5. Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

6.11.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.11.7. Certidão negativa de Concordata/Falência,

6.11.8. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante enviá-los via sistema, após a convocação do Pregoeiro (a). Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

6.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.12.1. Apresentação de Atestado (s) / Declaração (ões) de Capacidade Operacional da empresa, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função, endereço, telefone, e-mail, informando sobre o cumprimento da obrigação e nos prazos exigidos;

6.12.2. O (A) Pregoeiro (a) se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado (s) / Declaração (ões) de Capacidade

Operacional da empresa, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

6.12.3. Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

7. DA CONTRATAÇÃO “AMEG”.

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação**, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a AMEG, poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela AMEG.

7.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A ata de registro de Preço deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei nº14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

8.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

A) der causa à inexecução parcial da ata;

B) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Ameg ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C) der causa à inexecução total da ata;

D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;

F) praticar ato fraudulento na execução da ata;

G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

H) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e

“d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a) O atraso injustificado na execução da ata sujeitará a contratada ao pagamento de multa no valor de 0,5% (cinco décimos) sobre o valor total da autorização de fornecimento, por dia de atraso.

b) Na hipótese da contratada inadimplir total ou parcialmente a ata, a Ameg poderá, garantida prévia defesa, aplicar multa de 10% (dez por cento), do valor total da autorização de fornecimento, devidamente atualizado;

c) A Ameg se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor da multa.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

A) a natureza e a gravidade da infração cometida;

B) as peculiaridades do caso concreto;

C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

D) os danos que dela provierem para o Contratante;

E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Ameg que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.15. Os débitos do contratado para com a Ameg contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.16. A ata poderá ser rescindida:

- determinada por ato unilateral e escrito da Ameg, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Ameg;
- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.17. A extinção determinada por ato unilateral da Ameg e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

8.18. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Ameg, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- devolução da garantia;
- pagamentos devidos pela execução da ata até a data de extinção;
- pagamento do custo da desmobilização.

8.19. A extinção determinada por ato unilateral da Ameg poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Ameg;
- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- execução da garantia contratual para:
- ressarcimento da Ameg por prejuízos decorrentes da não execução;
- pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

- pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Ameg e das multas aplicadas.

8.20. A aplicação das medidas previstas acima ficará a critério da Ameg, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2 As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da AMEG na respectiva notificação.

9.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela AMEG, ou de sua desconexão.

9.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a AMEG poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos

documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da AMEG, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a AMEG não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

APÊNDICE I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Registro de Preço.

Passos, 12 de maio de 2026.

Silene Caires Enes dos Santos
Agente de Contratação
Portaria nº 531/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Este Termo de Referência tem como objeto o **registro de preço** para a aquisição de materiais de expediente com a finalidade de atender às necessidades da **AMEG**, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.**

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de materiais de expediente para as atividades administrativas da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG. Tais itens são indispensáveis para o funcionamento regular dos setores, e sua ausência compromete o desempenho institucional.

A fundamentação legal para esta contratação direta repousa no art. 75, inciso III, alínea 'a' da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação: [...] III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando: a) não surgirem licitantes interessados ou não forem apresentadas propostas válidas;"

Considerando que o processo licitatório anterior (Dispensa Eletrônica nº008/2026 – Processo Administrativo nº 010/2026) resultou em lotes desertos, e que a Administração mantém as mesmas condições e especificações técnicas outrora publicadas, a contratação direta por dispensa apresenta-se como a solução jurídica adequada para garantir o suprimento dos materiais necessários sem prejuízo ao interesse público.

Adicionalmente, foi necessário o acréscimo de alguns itens que não constavam no processo anterior, por serem considerados indispensáveis para a plena execução das atividades da AMEG.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

A descrição dos itens a serem adquiridos encontram-se detalhadas a seguir:

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
--------	------	-----------	---------	--------	----------------	----------------------

1940	01	<p>BATERIA TIPO MOEDA CR2032 – CARTELA COM 05 UNIDADES</p> <p>Bateria de lítio tipo moeda, não recarregável, modelo CR2032 ou equivalente técnico superior, destinada à alimentação de dispositivos eletrônicos de baixo consumo.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: bateria de lítio tipo moeda; • Modelo: CR2032; • Tensão nominal: 3V; • Capacidade mínima: 220 mAh; • Diâmetro aproximado: 20 mm; • Espessura aproximada: 3,2 mm; • Sistema eletroquímico: lítio/dióxido de manganês (Li/MnO₂); • Baixa taxa de autodescarga; • Vida útil mínima em armazenamento: 5 anos, a partir da data de fabricação; • Produto novo, original, lacrado de fábrica; • Livre de vazamentos, oxidação ou qualquer avaria; • Compatível com equipamentos que utilizem bateria padrão CR2032. 	CARTELA	10	29,93	R\$299,30
1941	02	<p>CAIXA DE COLCHETE LATONADO Nº 12 – Caixa contendo 72 colchetes latonados destinados à fixação e organização de documentos, processos administrativos e materiais de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: colchete para papel; • Material: aço 	CAIXA	30	21,97	659,10

		<p>galvanizado ou aço com acabamento latonado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de acabamento: latonado, resistente à oxidação; • Numeração: nº 12; • Hastes flexíveis e resistentes para fixação segura; • Cabeça circular plana; • Superfície lisa, sem rebarbas ou imperfeições; • Cor: dourado/latonado; • Aplicação: fixação e arquivamento de documentos em papel. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em caixa com no mínimo 72 unidades; • Embalagem original do fabricante, lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Isento de ferrugem, deformações ou danos; • Deve proporcionar boa fixação sem rasgar excessivamente o papel. 				
1942	03	<p>CLIPS METÁLICO Nº 8/0 – CAIXA COM 500 GRS</p> <p>Clips metálico destinado à organização, fixação temporária e agrupamento de documentos e papéis em atividades administrativas e de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: clips para papel; • Tipo: galvanizado ou 	CAIXA	05	26,16	130,80

		<p>niquelado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Numeração: 8/0; • Material: arame de aço; • Acabamento: galvanizado ou niquelado, resistente à oxidação; • Formato: padrão duplo oval; • Superfície lisa, uniforme e sem rebarbas; • Boa resistência mecânica; • Flexibilidade adequada, sem deformação excessiva durante o uso; • Cor: metálica. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em caixa contendo 500GRS; • Embalagem original lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e especificações do produto. 				
1943	04	<p>ELÁSTICO TIPO GOMINHA DE DINHEIRO – PACOTE COTENDO 1KG</p> <p>Elástico de borracha destinado à organização, agrupamento e acondicionamento de documentos, processos, cédulas, materiais de expediente e demais itens administrativos.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: elástico de borracha tipo gominha de dinheiro; • Material: borracha natural, sintética ou composição equivalente de alta 	PACOTE	02	37,96	75,92

		<p>elasticidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formato: circular; • Cor: natural (amarelo/bege) ou padrão comercial; • Alta flexibilidade e resistência; • Boa capacidade de tensão e retorno elástico; • Resistência ao ressecamento e rompimento precoce; • Espessura uniforme; • Isento de rachaduras, deformações ou imperfeições. <p>Dimensões mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diâmetro aproximado: entre 4 cm e 6 cm; • Largura mínima: 1 mm. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote contendo 1 kg, conforme necessidade do órgão; • Embalagem original lacrada; • Identificação do fabricante, peso líquido e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Não apresentar odor excessivo, ressecamento ou perda de elasticidade; • Adequado para uso contínuo em atividades administrativas. 				
1944	05	<p>GRAMPO PLÁSTICO ESTENDIDO PARA ARQUIVO – PACOTE COM 50 UNIDADES</p> <p>Grampo plástico estendido destinado à fixação, organização e arquivamento</p>	PACOTE	10	35,49	354,90

	<p>de documentos em processos administrativos, pastas e arquivos, permitindo o manuseio seguro e a conservação da integridade dos papéis.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: grampo plástico estendido para arquivo; • Material: plástico resistente (polipropileno ou equivalente); • Tipo: haste flexível com trilho/base para fixação; • Comprimento mínimo da haste: 30 cm; • Cor: branca, transparente ou padrão comercial; • Alta resistência mecânica; • Flexibilidade adequada para abertura e fechamento; • Fácil montagem e manuseio; • Não possuir rebarbas, rachaduras ou deformações; • Capacidade para arquivamento de múltiplas folhas, compatível com uso administrativo. <p>Aplicação:</p> <p>Destinado ao arquivamento e organização de documentos em pastas suspensas, processos administrativos e pastas de arquivo.</p> <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote com quantidade definida 50 unidades; • Embalagem original lacrada; 				
--	--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> Identificação do fabricante, lote e especificações. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produto novo; Isento de defeitos de fabricação; Deve garantir fixação segura sem danificar os documentos. 				
1945	06	<p>LIVRO DE ATA - Livro de ata destinado ao registro formal de reuniões, deliberações, ocorrências administrativas e demais anotações oficiais, confeccionado com materiais resistentes e adequado ao arquivamento documental.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Tipo: livro de ata; Capa: dura, revestida; Cor da capa: preta; Quantidade de folhas: 200 folhas; Papel interno: offset branco; Gramatura mínima: 56 g/m²; Folhas pautadas; Folhas numeradas sequencialmente; Formato aproximado: 205 mm x 300 mm (ou equivalente); Encadernação costurada, colada ou outro sistema que assegure resistência e durabilidade; Lombada reforçada; Impressão nítida e uniforme; Folhas sem rasuras, manchas, falhas de impressão ou defeitos de fabricação. <p>Condições adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produto novo; Acondicionado adequadamente para evitar danos durante transporte; 	UNIDADE	02	42,70	85,40

		<ul style="list-style-type: none"> Identificação do fabricante e especificações do produto na embalagem. 				
VALOR TOTAL R\$						R\$1.605,42

3.2. Os quantitativos são estimados e servem de referência, não tendo a Administração a obrigatoriedade de contratar a totalidade.

4. PRAZO DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues de acordo com a Autorização de Fornecimento emitido pela Ameg, **10 (DEZ) dias ÚTEIS após a emissão da mesma**, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada neste Termo de Referência.

O objeto deste termo será recebido por servidores da Ameg no local estipulado na Autorização de Fornecimento.

Somente após a emissão da Autorização de Fornecimento é que a contratada deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Ameg;

O objeto deste termo não será recebido se estiver em desacordo com as condições estipuladas neste instrumento ou na Autorização de Fornecimento.

Os produtos deverão ser entregues com estrita observância das determinações contidas neste Termo de Referência.

5. LOCAL DE ENTREGA

A entrega será realizada na sede da Ameg no endereço: Rua Benedita da Silveira Maia, nº144, Jardim Pinheiros, Passos/MG. CEP:37.903-660, entre às 08h e 17h30min de segunda à sexta.

6. FORMA DE PAGAMENTO

O prazo para pagamento será de até 30 (dez) dias úteis após a entrega e recebimento definitivo, emitido pela Ameg, atestando o recebimento e conformidade dos itens.

Não será realizado nenhum pagamento antecipado.

Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto será autorizado sem o devido aditamento do contrato.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para a aquisição serão atendidos pela seguinte dotação orçamentária, **CASO HAJA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO DA AMEG 3390300000- Material de Consumo- Ficha 009 -150100

8. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS (PARA PROCESSO LICITATÓRIO)

Apresentação de Atestado (s), declarações de capacidade operacional da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, a contento, produtos de natureza compatível e pertinente ao objeto desta licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função, endereço, telefone, e-mail, informando sobre o cumprimento da obrigação e nos prazos exigidos;

O(A) Agente de Contratação se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do atestado, visando a obter informações sobre o fornecimento e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

NÃO SERÁ ACEITO pela Ameg atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação operacional.

9. GARANTIA

Os materiais de expediente a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e acondicionados em embalagens originais, sem indícios de uso, violação ou avarias.

A contratada deverá garantir a qualidade e a conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas, responsabilizando-se integralmente pela substituição, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, vícios, irregularidades ou divergências em relação às especificações estabelecidas, no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da comunicação formal.

A garantia mínima dos materiais será aquela prevista pelo Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de prazos superiores oferecidos pelo fabricante ou fornecedor, quando aplicável.

Durante o período de garantia, todas as despesas decorrentes da substituição dos materiais defeituosos, incluindo transporte, frete, mão de obra e demais encargos, correrão por conta exclusiva da contratada.

O recebimento definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e conformidade dos produtos fornecidos.

10. DAS CONDIÇÕES PARA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto deste termo será recebido pelo gestor/fiscal do contrato, que verificará se os produtos estão em conformidade com as especificações constantes na Autorização de Fornecimento, observando o art. 140 da Lei 14.133, de 2021:

a. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências contratuais;

b. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, o que se dará após 10 (DEZ) dias do recebimento provisório.

Somente após a emissão da Autorização de Fornecimento, é que a contratada deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Ameg.

A Ameg reserva-se no direito de, a qualquer momento, recusar o recebimento do objeto em desacordo com as especificações exigidas, por seu conhecimento específico ou exclusivo critério de avaliação.

A avaliação será realizada por servidor da Ameg, que por seus conhecimentos técnicos, observando as especificações exigidas, emitirá parecer acerca da aceitação do objeto.

Na eventualidade da Ameg recusar-se a receber o objeto deste contrato por estar ele em desacordo com as especificações exigidas, não se responsabilizará por nenhum gasto com despesa de transporte ou qualquer outra necessária à devolução ou à substituição do objeto do contrato.

11. DAS RESPONSABILIDADES/OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

DA CONTRATADA

A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, da ata.

A contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Ameg, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

A contratada reconhece à Ameg o direito de, a critério desta, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas nesta ata.

A contratada não poderá, sem anuência da Ameg, modificar quaisquer especificações desta ata.

A contratada é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pela Ameg, da entrega, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, de acordo com o art. 137, II, da Lei 14.133, de 2021.

A contratada é obrigada a participar à Ameg da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega do objeto, no todo ou em parte.

A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o objeto seja entregue em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

A contratada é obrigada a manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ata.

A contratada fica obrigada a entregar o objeto de boa qualidade conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência, o que não atender a esta exigência será devolvido e imediatamente

substituído, correndo por conta exclusiva da contratada as despesas com transporte decorrente deste procedimento;

A contratada fica obrigada a entregar de acordo com o preço proposto e na quantidade indicada em cada Autorização de Fornecimento;

A contratada é obrigada a entregar os produtos de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA e demais normas e instruções da Ameg, que tomará todas as medidas para assegurar um controle adequado de qualidade.

A contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto;

Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.

DA CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com a ata;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na entrega do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pela contratada;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ata;

Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e nesta ata;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada.

A Ameg não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo para vigência da ata de registro de preço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que comprovada a vantajosidade

13. DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E PENALIDADES

A ata de registro de Preço deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei nº14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

A) der causa à inexecução parcial da ata;

B) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Ameg ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C) der causa à inexecução total da ata;

D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;

- F) praticar ato fraudulento na execução da ata;
- G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e

“d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a) O atraso injustificado na execução da ata sujeitará a contratada ao pagamento de multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento, por dia de atraso.

b) Na hipótese da contratada inadimplir total ou parcialmente a ata, a Ameg poderá, garantida prévia defesa, aplicar multa de 10% (dez por cento), do valor total da autorização de fornecimento registrado, devidamente atualizado;

c) A Ameg se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à contratada, o valor da multa.

A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei

nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- A) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- B) as peculiaridades do caso concreto;
- C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- D) os danos que dela provierem para o Contratante;
- E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Ameg que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Ameg contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

A ata poderá ser rescindida:

- determinada por ato unilateral e escrito da Ameg, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Ameg;
- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A extinção determinada por ato unilateral da Ameg e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Ameg, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- devolução da garantia;
- pagamentos devidos pela execução da ata até a data de extinção;
- pagamento do custo da desmobilização.

A extinção determinada por ato unilateral da Ameg poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Ameg;
- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

execução da garantia contratual para:

- ressarcimento da Ameg por prejuízos decorrentes da não execução;
- pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Ameg e das multas aplicadas.

A aplicação das medidas previstas acima ficará a critério da Ameg, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

A Ata de Registro de Preço, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, não poderá ser subcontratada, cedida ou transferida, total ou parcialmente, nem ser executada em associação da CONTRATADA com terceiros, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata.
- e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;

Praticar conduta ilícita, essencialmente fraudulenta, com o objetivo de impedir os órgãos de fiscalização e controle em realizar a inspeção do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A ata será regida de acordo com o proposto pela contratante neste Termo de Referência e aprovado conforme documentação em anexo.

Este Termo de Referência servirá de base para o processo de aquisição, seja por dispensa, inexigibilidade ou procedimento licitatório.

Passos/MG, 11 de maio de 2026.

Patricia Lemos de Melo
Agente Administrativa da Ameg

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1. Unidades atendidas pelo estudo	AMEG
1.2. Unidade requisitante	Secretaria Executiva da Ameg
2. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	
2.1. Objeto	
“registro de preço para a aquisição de materiais de expediente com a finalidade de atender às necessidades da AMEG, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. ”	
2.2. Descrição da necessidade da contratação	
<p>A presente demanda visa assegurar o fornecimento contínuo de materiais de expediente, itens indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades administrativas da AMEG.</p> <p>Os materiais de expediente caracterizam-se como bens de consumo de uso frequente, essenciais para o desempenho das rotinas administrativas, organização documental, atendimento institucional e suporte às atividades internas desenvolvidas pela entidade.</p> <p>A ausência ou insuficiência desses materiais compromete a eficiência operacional, podendo ocasionar atrasos, descontinuidade dos serviços e prejuízos às atividades institucionais prestadas aos municípios associados.</p> <p>A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza recorrente da demanda, permitindo contratações futuras conforme a necessidade, com maior flexibilidade, planejamento e economicidade, evitando aquisições excessivas ou desnecessárias.</p> <p>Fundamentação Legal para a Dispensa de Licitação</p> <p>A contratação por meio de Dispensa Eletrônica encontra respaldo no Art. 75, inciso III, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021. Este dispositivo legal autoriza a dispensa de licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.</p> <p>No presente caso, a justificativa para a dispensa de licitação baseia-se na ocorrência de uma licitação anterior (Dispensa Eletronica nº008/2026) que resultou em alguns itens desertos, ou seja, não houve interessados. A manutenção das condições originais do edital garante a isonomia e a busca pela</p>	

proposta mais vantajosa, mesmo em um cenário de dispensa.

A dispensa em questão foi realizada há menos de 1 (um) ano, as condições da contratação atual são as mesmas definidas no edital da licitação anterior.

A comprovação que não surgiram licitantes interessados se encontra anexa através da Ata da Sessão de itens desertos.

Ressalta-se que foi realizada pesquisa de preços, constatando-se a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, evidenciando a viabilidade econômica da contratação e o atendimento ao interesse público.

Adicionalmente, foi necessário o acréscimo de alguns itens que não constavam no processo anterior, por serem considerados indispensáveis para a plena execução das atividades da AMEG.

Diante do exposto, justifica-se a presente contratação como medida necessária, legal e eficiente para garantir o regular funcionamento administrativo da AMEG.

2.3. Estimativa das quantidades

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1940	01	<p>BATERIA TIPO MOEDA CR2032 – CARTELA COM 05 UNIDADES</p> <p>Bateria de lítio tipo moeda, não recarregável, modelo CR2032 ou equivalente técnico superior, destinada à alimentação de dispositivos eletrônicos de baixo consumo.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: bateria de lítio tipo moeda; • Modelo: CR2032; • Tensão nominal: 3V; • Capacidade mínima: 220 mAh; • Diâmetro aproximado: 20 mm; • Espessura aproximada: 3,2 mm; • Sistema eletroquímico: 	CARTELA	10	29,93	R\$299,30

		<p>lítio/dióxido de manganês (Li/MnO₂);</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixa taxa de autodescarga; Vida útil mínima em armazenamento: 5 anos, a partir da data de fabricação; Produto novo, original, lacrado de fábrica; Livre de vazamentos, oxidação ou qualquer avaria; Compatível com equipamentos que utilizem bateria padrão CR2032. 				
1941	02	<p>CAIXA DE COLCHETE LATONADO Nº 12 – Caixa contendo 72 colchetes latonados destinados à fixação e organização de documentos, processos administrativos e materiais de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produto: colchete para papel; Material: aço galvanizado ou aço com acabamento latonado; Tipo de acabamento: latonado, resistente à oxidação; Numeração: nº 12; Hastes flexíveis e resistentes para fixação segura; Cabeça circular plana; Superfície lisa, sem rebarbas ou imperfeições; Cor: dourado/latonado; Aplicação: fixação e arquivamento de documentos em papel. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fornecimento em caixa com no mínimo 72 unidades; 	CAIXA	30	21,97	659,10

		<ul style="list-style-type: none"> • Embalagem original do fabricante, lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Isento de ferrugem, deformações ou danos; • Deve proporcionar boa fixação sem rasgar excessivamente o papel. 				
1942	03	<p>CLIPS METÁLICO Nº 8/0 – CAIXA COM 500 GRS</p> <p>Clips metálico destinado à organização, fixação temporária e agrupamento de documentos e papéis em atividades administrativas e de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: clips para papel; • Tipo: galvanizado ou niquelado; • Numeração: 8/0; • Material: arame de aço; • Acabamento: galvanizado ou niquelado, resistente à oxidação; • Formato: padrão duplo oval; • Superfície lisa, uniforme e sem rebarbas; • Boa resistência mecânica; • Flexibilidade adequada, sem deformação excessiva durante o uso; • Cor: metálica. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em 	CAIXA	05	26,16	130,80

		<p>caixa contendo 500GRS;</p> <ul style="list-style-type: none"> Embalagem original lacrada; Identificação externa contendo fabricante, quantidade e especificações do produto. 				
1943	04	<p>ELÁSTICO TIPO GOMINHA DE DINHEIRO – PACOTE COTENDO 1KG</p> <p>Elástico de borracha destinado à organização, agrupamento e acondicionamento de documentos, processos, cédulas, materiais de expediente e demais itens administrativos.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produto: elástico de borracha tipo gominha de dinheiro; Material: borracha natural, sintética ou composição equivalente de alta elasticidade; Formato: circular; Cor: natural (amarelo/bege) ou padrão comercial; Alta flexibilidade e resistência; Boa capacidade de tensão e retorno elástico; Resistência ao ressecamento e rompimento precoce; Espessura uniforme; Isento de rachaduras, deformações ou imperfeições. <p>Dimensões mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Diâmetro aproximado: entre 4 cm e 6 cm; Largura mínima: 1 	PACOTE	02	37,96	75,92

		<p>mm.</p> <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote contendo 1 kg, conforme necessidade do órgão; • Embalagem original lacrada; • Identificação do fabricante, peso líquido e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Não apresentar odor excessivo, ressecamento ou perda de elasticidade; • Adequado para uso contínuo em atividades administrativas. 				
1944	05	<p>GRAMPO PLÁSTICO ESTENDIDO PARA ARQUIVO – PACOTE COM 50 UNIDADES</p> <p>Grampo plástico estendido destinado à fixação, organização e arquivamento de documentos em processos administrativos, pastas e arquivos, permitindo o manuseio seguro e a conservação da integridade dos papéis.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: grampo plástico estendido para arquivo; • Material: plástico resistente (polipropileno ou equivalente); • Tipo: haste flexível com trilho/base para fixação; • Comprimento mínimo da haste: 30 cm; • Cor: branca, 	PACOTE	10	35,49	354,90

		<p>transparente ou padrão comercial;</p> <ul style="list-style-type: none"> Alta resistência mecânica; Flexibilidade adequada para abertura e fechamento; Fácil montagem e manuseio; Não possuir rebarbas, rachaduras ou deformações; Capacidade para arquivamento de múltiplas folhas, compatível com uso administrativo. <p>Aplicação:</p> <p>Destinado ao arquivamento e organização de documentos em pastas suspensas, processos administrativos e pastas de arquivo.</p> <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fornecimento em pacote com quantidade definida 50 unidades); Embalagem original lacrada; Identificação do fabricante, lote e especificações. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produto novo; Isento de defeitos de fabricação; Deve garantir fixação segura sem danificar os documentos. 				
1945	06	<p>LIVRO DE ATA - Livro de ata destinado ao registro formal de reuniões, deliberações, ocorrências administrativas e demais anotações oficiais, confeccionado com materiais resistentes e adequado ao arquivamento documental.</p>	UNIDADE	02	42,70	85,40



	<p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: livro de ata;• Capa: dura, revestida;• Cor da capa: preta;• Quantidade de folhas: 200 folhas;• Papel interno: offset branco;• Gramatura mínima: 56 g/m²;• Folhas pautadas;• Folhas numeradas sequencialmente;• Formato aproximado: 205 mm x 300 mm (ou equivalente);• Encadernação costurada, colada ou outro sistema que assegure resistência e durabilidade;• Lombada reforçada;• Impressão nítida e uniforme;• Folhas sem rasuras, manchas, falhas de impressão ou defeitos de fabricação. <p>Condições adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Produto novo;• Acondicionado adequadamente para evitar danos durante transporte;• Identificação do fabricante e especificações do produto na embalagem.				
--	---	--	--	--	--

VALOR TOTAL R\$					R\$1.605,42
------------------------	--	--	--	--	--------------------

As quantidades foram estimadas com base no consumo histórico da Associação para um período de 12 meses, acrescidas de uma margem de segurança para eventos e assembleias extraordinárias.

2.4. Alinhamento entre a contratação e o plano anual de compras

A contratação está alinhada à manutenção das atividades do setor administrativo da AMEG, conforme dotação orçamentária específica (Ficha 009 - 150100), visando a eficiência administrativa e a preservação do patrimônio.

2.5. Requisitos da contratação

Os materiais de expediente a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Serem **novos e de primeiro uso**;
- Estarem em conformidade com as **especificações técnicas** definidas no Termo de Referência;
- Possuírem **qualidade compatível** com o uso administrativo;
- Apresentarem **embalagem original**, sem avarias;
- Possuírem **garantia mínima legal**, conforme o Código de Defesa do Consumidor;
- Permitir substituição imediata em caso de defeito, inconformidade ou divergência.

3. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES/RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, espera-se:

- Garantir o **abastecimento adequado** de materiais de expediente;
- Assegurar a **continuidade das atividades administrativas** da AMEG;
- Melhorar a **organização e eficiência** dos processos internos;
- Promover a **economicidade e o uso racional dos recursos públicos**;
- Evitar interrupções nas atividades institucionais..

3.1. Levantamento de mercado

O mercado oferece ampla variedade de fornecedores aptos a fornecer materiais de expediente, incluindo empresas especializadas em papelaria, materiais de escritório e suprimentos administrativos. Dentre as soluções possíveis, destaca-se a aquisição direta dos materiais, por meio de contratação com fornecedor que atenda às especificações técnicas e ofereça condições vantajosas de preço, qualidade e prazo de entrega. Não se identificou a viabilidade de alternativas como locação ou reutilização, tendo em vista tratar-se de itens de consumo contínuo.

Foi considerada a hipótese de compra imediata de todo o lote, porém a solução foi descartada em favor do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

- **Vantagem do SRP:** Permite a aquisição conforme o fluxo de caixa e a necessidade real, eliminando custos de armazenagem e riscos de deterioração dos itens de consumo.
- **Modalidade:** A Dispensa Eletrônica (Art. 75, inciso III alínea “a”) mostrou-se a mais célere e econômica dado o valor estimado total de **R\$1.605,42**, que se enquadra nos limites da Lei 14.133/21 para compras de bens comuns que após certame, foram declaradas desertas.

3.2. Estimativa do valor da contratação e do prazo de vigência: 12 meses

O valor total médio estimado para a Dispensa Eletrônica é de R\$1.605,42 (um mil, seiscentos e cinco reais e quarenta e dois centavos).

3.3 Acesso ao orçamento estimado da contratação

No presente estudo técnico esta equipe identificou que o critério de julgamento deverá ser o de “menor preço”, portanto o orçamento não poderá assumir caráter sigiloso, devendo ainda ser disponibilizado no edital o preço estimado, valor máximo aceitável.

4. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA
4.1. Descrição da solução como um todo
A solução consiste no registro de preços de 06 itens de escritório. A contratação inclui não apenas o fornecimento dos materiais, mas também a logística de entrega na sede da AMEG, sem custos adicionais de frete, garantindo o suporte às atividades diárias da entidade.
4.2. Justificativa para parcelamento
O parcelamento do objeto (menor preço por item) é a solução que melhor atende ao interesse público, pois permite a ampla competitividade. Pequenos fornecedores locais podem disputar itens específicos, o que tende a reduzir o preço final e aumentar a agilidade na entrega.
4.3 Contratações correlatas /interdependentes
Identifica-se que não há nenhuma licitação vigente com este objeto neste órgão.
4.4 Consolidação da demanda
A demanda compreendida atenderá apenas a unidade gestora requisitante e a contratação não requer consolidação.
4.5. Demonstração dos resultados pretendidos
Aquisição dos materiais para a AMEG, será para manutenção da sede que presta serviços constantes aos municípios consorciados.
4.6. Providências prévias ao contrato
Nos termos do art. 75, inciso III, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021 (atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024), os quais autorizam a dispensa de licitação fica dispensado o contrato. No entanto tal objeto por se tratar de mais de uma entrega optamos pela formalização do contrato.
4.7. Exigências de qualificação jurídica, fiscal e econômico-financeira
Em cumprimento do artigo 66 da lei 14.133/2021 visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limitar-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.
4.8. Exigências de qualificação técnica
A qualificação técnica será exigida para verificação que a licitante possui uma experiência qualificada para a execução de um bom trabalho.
4.10. Justificativa de vedação à participação de consórcios.
Não se aplica
5. Conclusão e viabilidade.
Este estudo conclui pela viabilidade técnica e econômica da contratação. O Sistema de Registro de Preços via Dispensa Eletrônica é o método que melhor equilibra a necessidade de pronto atendimento

com a economia de escala e a transparência administrativa.

Passos/MG, 11 de maio de 2026

PATRICIA LEMOS DE MELO
Agente Administrativo da Ameg

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026
 Processo Administrativo nº 021/2026**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Ameg**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.617.360/0001-11, com sede na Rua Benedita da Silveira Maia, nº144, Bairro Jardim Pineiros, CEP 37.903-660, neste ato representado pela Secretária Executiva, a Senhora **OLGA APARECIDA BORGES BASTOS**, inscrita no CPF nº 116.939.228-86, nomeado(a) pela PORTARIA Nº 441, DE 02 DE MAIO DE 2024, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **DETENTORA**, neste ato representado(a) por (nome e função no detentor), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 021/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 em seu art. 75, inciso III e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo de Ata de Registro de Preço**, decorrente da **Dispensa Eletrônica n. 015/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo o **registro de preço** para a aquisição de materiais de expediente com a finalidade de atender às necessidades da **AMEG**, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1.2. Objeto da contratação:

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1940	01	<p>BATERIA TIPO MOEDA CR2032 – CARTELA COM 05 UNIDADES</p> <p>Bateria de lítio tipo moeda, não recarregável, modelo CR2032 ou equivalente técnico superior, destinada à alimentação de dispositivos eletrônicos de baixo consumo.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: bateria de lítio tipo 	CARTELA	10		

		<p>moeda;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo: CR2032; • Tensão nominal: 3V; • Capacidade mínima: 220 mAh; • Diâmetro aproximado: 20 mm; • Espessura aproximada: 3,2 mm; • Sistema eletroquímico: lítio/dióxido de manganês (Li/MnO₂); • Baixa taxa de autodescarga; • Vida útil mínima em armazenamento: 5 anos, a partir da data de fabricação; • Produto novo, original, lacrado de fábrica; • Livre de vazamentos, oxidação ou qualquer avaria; • Compatível com equipamentos que utilizem bateria padrão CR2032. 				
1941	02	<p>CAIXA DE COLCHETE LATONADO Nº 12 – Caixa contendo 72 colchetes latonados destinados à fixação e organização de documentos, processos administrativos e materiais de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: colchete para papel; • Material: aço galvanizado ou aço com acabamento latonado; • Tipo de acabamento: latonado, resistente à oxidação; • Numeração: nº 12; • Hastes flexíveis e resistentes para fixação segura; • Cabeça circular plana; • Superfície lisa, sem rebarbas ou imperfeições; • Cor: dourado/latonado; • Aplicação: fixação e arquivamento de documentos em papel. <p>Acondicionamento:</p>	CAIXA	30		

		<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em caixa com no mínimo 72 unidades; • Embalagem original do fabricante, lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Isento de ferrugem, deformações ou danos; • Deve proporcionar boa fixação sem rasgar excessivamente o papel. 				
1942	03	<p>CLIPS METÁLICO Nº 8/0 - CAIXA COM 500 GRS</p> <p>Clips metálico destinado à organização, fixação temporária e agrupamento de documentos e papéis em atividades administrativas e de expediente.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: clips para papel; • Tipo: galvanizado ou niquelado; • Numeração: 8/0; • Material: arame de aço; • Acabamento: galvanizado ou niquelado, resistente à oxidação; • Formato: padrão duplo oval; • Superfície lisa, uniforme e sem rebarbas; • Boa resistência mecânica; • Flexibilidade adequada, sem deformação excessiva durante o uso; • Cor: metálica. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em caixa contendo 500GRS; • Embalagem original lacrada; • Identificação externa contendo fabricante, quantidade e especificações do 	CAIXA	05		

		produto.				
1943	04	<p>ELÁSTICO TIPO GOMINHA DE DINHEIRO – PACOTE COTENDO 1KG</p> <p>Elástico de borracha destinado à organização, agrupamento e acondicionamento de documentos, processos, cédulas, materiais de expediente e demais itens administrativos.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: elástico de borracha tipo gominha de dinheiro; • Material: borracha natural, sintética ou composição equivalente de alta elasticidade; • Formato: circular; • Cor: natural (amarelo/bege) ou padrão comercial; • Alta flexibilidade e resistência; • Boa capacidade de tensão e retorno elástico; • Resistência ao ressecamento e rompimento precoce; • Espessura uniforme; • Isento de rachaduras, deformações ou imperfeições. <p>Dimensões mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diâmetro aproximado: entre 4 cm e 6 cm; • Largura mínima: 1 mm. <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote contendo 1 kg, conforme necessidade do órgão; • Embalagem original lacrada; • Identificação do fabricante, peso líquido e lote. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; 	PACOTE	02		

		<ul style="list-style-type: none"> • Não apresentar odor excessivo, ressecamento ou perda de elasticidade; • Adequado para uso contínuo em atividades administrativas. 				
1944	05	<p>GRAMPO PLÁSTICO ESTENDIDO PARA ARQUIVO – PACOTE COM 50 UNIDADES</p> <p>Grampo plástico estendido destinado à fixação, organização e arquivamento de documentos em processos administrativos, pastas e arquivos, permitindo o manuseio seguro e a conservação da integridade dos papéis.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto: grampo plástico estendido para arquivo; • Material: plástico resistente (polipropileno ou equivalente); • Tipo: haste flexível com trilho/base para fixação; • Comprimento mínimo da haste: 30 cm; • Cor: branca, transparente ou padrão comercial; • Alta resistência mecânica; • Flexibilidade adequada para abertura e fechamento; • Fácil montagem e manuseio; • Não possuir rebarbas, rachaduras ou deformações; • Capacidade para arquivamento de múltiplas folhas, compatível com uso administrativo. <p>Aplicação:</p> <p>Destinado ao arquivamento e organização de documentos em pastas suspensas, processos administrativos e pastas de arquivo.</p> <p>Acondicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento em pacote 	PACOTE	10		

		<p>com quantidade definida 50 unidades);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Embalagem original lacrada; • Identificação do fabricante, lote e especificações. <p>Requisitos de qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Isento de defeitos de fabricação; • Deve garantir fixação segura sem danificar os documentos. 				
1945	06	<p>LIVRO DE ATA - Livro de ata destinado ao registro formal de reuniões, deliberações, ocorrências administrativas e demais anotações oficiais, confeccionado com materiais resistentes e adequado ao arquivamento documental.</p> <p>Especificações mínimas exigidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: livro de ata; • Capa: dura, revestida; • Cor da capa: preta; • Quantidade de folhas: 200 folhas; • Papel interno: offset branco; • Gramatura mínima: 56 g/m²; • Folhas pautadas; • Folhas numeradas sequencialmente; • Formato aproximado: 205 mm x 300 mm (ou equivalente); • Encadernação costurada, colada ou outro sistema que assegure resistência e durabilidade; • Lombada reforçada; • Impressão nítida e uniforme; • Folhas sem rasuras, manchas, falhas de impressão ou defeitos de fabricação. <p>Condições adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto novo; • Acondicionado adequadamente para evitar danos durante transporte; • Identificação do fabricante e especificações do produto na 	UNIDADE	02		

		embalagem.				
VALOR TOTAL						

- 1.1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 1.1.3. O Termo de Referência;
 1.1.4. O Aviso de Contratação;
 1.1.5. A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo para vigência da ata de registro de preço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que comprovada a vantajosidade

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO OBJETO

3.1. Os produtos deverão ser entregues de acordo com a Autorização de Fornecimento emitido pela Ameg, **10 (dez) dias úteis após a emissão da mesma**, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada neste Termo de Referência.

3.2. O objeto deste termo será recebido por servidores da Ameg no local estipulado na Autorização de Fornecimento.

3.3. Somente após a emissão da Autorização de Fornecimento é que a contratada deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Ameg;

3.4. O objeto deste termo não será recebido se estiver em desacordo com as condições estipuladas neste instrumento ou na Autorização de Fornecimento.

3.5. Os produtos deverão ser entregues com estrita observância das determinações contidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A ata de registro de preço, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, não poderá ser subcontratada, cedida ou transferida, total ou parcialmente, nem ser executada em associação da CONTRATADA com terceiros, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento será de até 30 (dez) dias úteis após a entrega e recebimento definitivo, emitido pela Ameg, atestando o recebimento e conformidade dos itens.

6.2. Não será realizado nenhum pagamento antecipado.

6.3. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto será autorizado sem o devido aditamento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. DA CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na entrega do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

7.1.7. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada.

7.1.10. A Ameg não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, do contrato.

8.1.2. A contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Ameg, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.1.3. A contratada reconhece à Ameg o direito de, a critério desta, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas neste contrato.

8.1.4. A contratada não poderá, sem anuência da Ameg, modificar quaisquer especificações deste contrato.

8.1.5. A contratada é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pela Ameg, da entrega, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, de acordo com o art. 137, II, da Lei 14.133, de 2021.

8.1.6. A contratada é obrigada a participar à Ameg da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega do objeto, no todo ou em parte.

8.1.7. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.1.8. A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o objeto seja entregue em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

8.1.9. A contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

8.1.10. A contratada fica obrigada a entregar o objeto de boa qualidade conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência, o que não atender a esta exigência será devolvido e imediatamente substituído, correndo por conta exclusiva da contratada as despesas com transporte decorrente deste procedimento;

8.1.11. A contratada fica obrigada a entregar de acordo com o preço proposto e na quantidade indicada em cada Autorização de Fornecimento;

8.1.12. A contratada é obrigada a entregar os produtos de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA e demais normas e instruções da Ameg, que tomará todas as medidas para assegurar um controle adequado de qualidade.

8.1.13. A contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto;

8.1.14. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A ata de registro de Preço deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei nº14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima

deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

2. O atraso superior a 60 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10 % a 15% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato. 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de

2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a AMEG, providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes recursos específicos, caso haja disponibilidade financeira e orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO DA AMEG 3390300000- Material de Consumo- Ficha 009 -150100

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da AMEG, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Passos/MG, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

16.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente, para um só efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas,

Passos- MG, XX de XX de 202X.

Representante Legal Contratante
Ameg

Representante Legal
Contratado

Testemunha 1

Testemunha 2